**--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 19 DE JANEIRO DE 2010. ----------**

**--- LOCAL DA REUNIÃO** – Salão Nobre dos Paços do Concelho.----------

--- A reunião teve início às quinze horas e dez minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos e os Srs. Vereadores, Luís Manuel Abreu de Sousa, Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge de Oliveira Lopes e pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador José Elias Gabirro Fernandes. ----------

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos. ----------

## ANTES DA ORDEM DO DIA

**--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES**----------

--- O Sr. Presidente informou que o Sr. Vereador António Nobre será substituído, na presente reunião, pelo Sr. Vereador José Fernandes. ----------

**--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ----------

--- Interveio a Sra. Deolinda Oliveira questionando a colocação de redutores de velocidade e semáforos e a manutenção e iluminação do jardim nos Casais das Comeiras.----------

--- O Sr. Vice-presidente respondeu que as obras para colocação de redutores de velocidade eram para ser iniciadas ontem, mas através de informação da empresa, irão começar ainda no decorrer da semana. Sobre a iluminação, informou que por parte da Câmara o processo está concluído, foi remetido à EDP e agora aguarda que façam a ligação.----------

**--- INTERVENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES** ----------

--- Interveio o Sr. Vereador José Fernandes pretendendo cumprimentar toda o executivo, referindo ser um enorme prazer em estar presente na sessão de Câmara.----------

--- Referiu a existência de um problema com a pressão da água, nos Casais das Comeiras, o que faz com que os equipamentos de aquecimento de água não funcionem e possam mesmo ser danificados.----------

--- Questionou a falta de limpeza depois da intempérie da madrugada do dia 23 de Dezembro, apesar de não ser previsível, acontece que as árvores cortadas permaneceram no local e foram arrastadas pelas chuvas, o que provocou inundações e problemas de trânsito.----------

--- Informou ainda ter sido distribuído um comunicado à população, feito pelo Centro de Saúde de Azambuja, que passou a ler:----------

*--- "Comunicado ----------*

*--- Reorganização do Funcionamento do Centro de Saúde da Azambuja ----------*

*--- O Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro, criou os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), do Serviço Nacional de Saúde, estabelecendo o seu regime de organização e funcionamento. O Centro de Saúde da Azambuja foi integrado no ACES Ribatejo. ----------*

*--- Com base no referido enquadramento jurídico, um conjunto de reformas estão em curso e abrangem o Centro de Saúde da Azambuja, adaptando-o à nova realidade, integrando-o nos princípios gerais do novo modelo de organização. ----------*

*--- Entre as principais componentes desta reforma, no Centro de Saúde da Azambuja, está o reforço dos efectivos médicos, no serviço de Atendimento Complementar e o aumento do número de períodos de atendimento médico no ambulatório, fazendo com que todos os clínicos efectuem atendimento dirigido aos utentes neles inscritos em todos os dias úteis da semana. -----*

*--- Ficam os horários individuais dos médicos, consubstanciados e adaptados para o projecto nacional de marcação de consultas electrónicas que entrará em vigor, em todo o território nacional, em Janeiro de 2010.----------*
*--- Assim, com o intuito de reforçar a acessibilidade dos utentes, a partir de 4 de Janeiro de 2010, passa a vigorar: ----------*
*--- Atendimento Complementar – AC: ----------*
*--- 1. O Centro de Saúde da Azambuja passa a dispor de um atendimento complementar, em analogia com o existente nos outros Centros de Saúde do ACES Ribatejo, que substituirá o S.A.A.U. (Serviço Atendimento a Agudos Urgentes); ----------*
*--- 2. O atendimento complementar do Centro de Saúde, passa a designar-se por A.C., tendo como objectivo dar resposta às necessidades de saúde dos utentes em situação de ausência do médico de família e/ou ocorrência de doença súbita fora das horas normais de presença do seu médico de família. Trata-se, como o próprio nome indica, de um complemento à prestação de cuidados no Centro de Saúde; ----------*
*--- 3. O horário de funcionamento do A.C será, nos dias úteis, entre as 14 e as 22 horas e entre as 8 e as 22 horas aos sábados domingos e feriados, admitindo-se algum futuro reajustamento após a devida avaliação de ocorrências/necessidades.----------*
*--- Normalização dos horários médicos ----------*
*--- Todos os médicos garantirão, nos dias úteis, a prestação diária de atendimento em ambulatório, destinado aos utentes neles inscritos e terão períodos para marcação de consulta electrónica que também poderão ser utilizados pelos utentes.----------*
*--- Unidade de Cuidados na Comunidade: ----------*
*--- A muito curto prazo o concelho da Azambuja terá a prestação de cuidados de saúde ainda mais reforçada através de uma outra unidade UCC (Unidade de Cuidados na Comunidade), que prestará cuidados de Saúde e apoio de âmbito domiciliário e comunitário." ----------*
--- Acrescentou que o presente comunicado emprega várias siglas desconhecidas para o cidadão comum, pelo que considera que o comunicado não é perceptível. Questionou se o Município tem conhecimento das mudanças que se pretendem introduzir e se foi ouvido no processo de reestruturação em curso. Considera que o funcionamento do Centro de Saúde de Azambuja é fundamental, mas não serve a população do Alto Concelho devido à distância geográfica, pelo que a Câmara deveria equacionar a construção de um Centro de Saúde numa freguesia mais centralizada. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que, sobre a falta de pressão, teve conhecimento que foi uma situação pontual que teve que ver com incidentes nos depósitos dos Casais da Lagoa.----------
--- Nos dias subsequentes à intempérie, houve necessidade de actuação urgente, por parte dos serviços municipais de protecção civil, devido à subida do nível de água do rio Tejo e das ribeiras de Alenquer e Ota, nas duas últimas porque ameaçavam transbordar. Teve que se canalizar todos os esforços para estas situações de emergência, pelo que se descurou um pouco do trabalho de limpeza.----------
--- Concordou com a linguagem excessivamente especializada do comunicado do Centro de Saúde, que considera inatingível para o comum dos mortais. A Câmara acompanhou a reestruturação do Centro de Saúde de Azambuja, que no seu entender a ser bem implementada irá resultar numa melhoria muito significante nos serviços de saúde primários prestados no Município de Azambuja. Não acredita que haja intenção da ARS em construir um novo centro de saúde no alto concelho, pois existem extensões que atendem as situações menos urgentes.------

--- O Sr. Vereador José Fernandes referiu concordar que a reestruturação aprovada trará benefícios. Acrescentou acreditar que não se poderá construir um centro em cada freguesia mas a excessiva concentração em Azambuja também acaba por não funcionar devidamente. A disposição geográfica do Município permite a construção de um centro de saúde numa das freguesias do alto concelho de modo a satisfazer as necessidades de uma população cada vez mais idosa.----------

--- Interveio o Sr. Vereador Silvino Lúcio que complementando a intervenção do Sr. Presidente informou que 70% das estradas do alto concelho ficaram totalmente obstruídas e foi feito um esforço enorme por parte da Protecção Civil, dos Bombeiros e de alguns populares para desimpedi-las. Acrescentou ainda que a Câmara interveio em matérias fora da sua esfera de competências, pois as estradas nacionais estão sob alçada da Estradas de Portugal. Concorda que ainda existe muito por fazer, mas como o Sr. Presidente informou, devido à intensidade das chuvas houve necessidade de acautelar a subida das águas das ribeiras de Ota e Alenquer e do rio Tejo. Existem ainda situações em que só agora a Câmara poderá iniciar trabalhos que têm que ver com a colocação de paragens de autocarro, de sinalização ao nível da prevenção rodoviária e sinalização informativa, muito danificadas com o temporal.----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes relembrando que, há 15 dias, colocou a mesma questão acerca da limpeza dos estragos causados pelo mau tempo e que há 15 dias a resposta foi exactamente a mesma, pelo que deduz que até à presente data nada foi feito.----------

--- Referiu ter solicitado cópia de todo o processo acerca da declaração de interesse público municipal da Quinta da Guarita, mas apenas recebeu cópia de duas propostas. Também solicitou, na reunião de 22 de Dezembro, documento com os valores de consumo de água antes e depois da concessão à AdAz. Ainda não recebeu cópia do despacho de autorização e de toda a documentação do processo relativo à exposição de automóveis realizada no parque de estacionamento. Solicitou cópia da acta da última reunião da Câmara com a AdAz, realizada no passado dia 11 de Janeiro.----------

--- Questionou o custo da publicidade acerca das medidas de apoio social (panfleto e divulgação na comunicação social) e quantos agregados familiares já beneficiaram das medidas.----------

--- O Sr. Presidente respondeu que a Câmara está a trabalhar em relação às recomendações, tendo já pedido e agendada uma reunião com a direcção dos centros de saúde.----------

--- Procedeu à correcção de informação prestada na última reunião de que a declaração de interesse público municipal seria temporário, por um período de 3 meses. Esta informação é errada, a declaração de interesse público municipal é definitiva. Informou que apenas foram apresentadas cópias das propostas porque houve dificuldade em encontrar o processo de urbanismo, que já se encontra no gabinete de apoio e poderá ser consultado quando o Sr. Vereador quiser.----------

--- Interveio o Sr. Vereador Silvino Lúcio referindo que o processo de licenciamento do stand de automóveis no parque de estacionamento não foi entregue por lapso, irá preparar a sua entrega o mais breve possível.----------

--- Interveio o Sr. Vice-presidente informando que existe uma comissão para avaliação das medidas de apoio social que está a preparar um relatório anual de avaliação, quando o mesmo estiver concluído será facultado aos Srs. Vereadores. Irá inteirar-se dos valores gastos nos panfletos de divulgação e na publicidade na comunicação social.----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que apresentou o Requerimento que a seguir se transcreve:----------

--- *"Requerimento* ----------

*--- Ao abrigo do artigo 68º/1/s) da lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, venho por este meio requerer a V. Exa. que o Sr. Vereador do Pelouro de Intervenção Social me informe do seguinte:*
*--- a) Qual foi o montante total gasto pela Câmara Municipal de Azambuja em publicidade institucional, nomeadamente nos órgãos de comunicação social e no folheto informativo "Medidas de Apoio Social", para divulgar o chamado "Programa de Medidas de Apoio Social a Desenvolver pelo Município de Azambuja"?----------*
*--- b) No âmbito das Medidas de Apoio a Estratos Sociais Mais Desfavorecidos:----------*
*--- Qual foi o montante entregue a cada Instituição de Solidariedade Social? ----------*
*--- Quais foram os Protocolos negociados com as IPSS´s, qual o objecto e qual o montante do investimento municipal consagrado em cada Protocolo?----------*
*--- Quais foram as medidas extraordinárias acordadas com a CERCI e Casa Mãe ao nível de comparticipação financeira e de apoio logístico e quando foram implementadas tais medidas? ---*
*--- Com a extensão da Acção Social Escolar até ao 9º ano de escolaridade, qual foi o número total de alunos abrangidos e qual foi o montante de tal investimento?----------*
*--- Quantos kits de material escolar foram atribuídos, qual a composição dos referidos kits e qual foi o montante desse investimento? ----------*
*--- Quantas pessoas aderiram ao chamado Cartão Sénior? ----------*
*--- Qual foi o montante total que a Câmara Municipal investiu com a comparticipação nos medicamento dos Idosos com mais de 65 anos e dos portadores de doença crónica e quantas pessoas beneficiaram, em concreto, desta medida social? ----------*
*--- Quais as farmácias que aderiram ao Cartão Sénior e qual o tipo de medicamento que foi comparticipado?----------*
*--- Quantos agregados familiares mereceram apoio municipal na beneficiação da sua habitação entre 1 de Janeiro de 2009 e 30 de Abril de 2009 e quantos agregados receberam tal apoio no período compreendido entre 1 de Maio de 2009 e 31 de Dezembro de 2009?----------*
*--- Qual foi o montante total do investimento no âmbito do Programa de Apoio a Carenciados ne beneficiação de habitação entre 1 de Janeiro de 2009 e 30 de Abril de 2009 e entre 1 de Maio de 2009 e 31 de Dezembro de 2009? ----------*
*--- Quais os armazenistas e grandes retalhistas do ramo alimentar que aceitaram participar no Banco Alimentar e qual o número de agregados familiares que recebeu apoio do Banco Alimentar?----------*
*--- Quando foi estabelecido com o IHRU um novo Programa de habitação Social e quais os termos de tal programa? ----------*
*--- Qual foi o montante global apurado na campanha de recolha de fundos para apoio social e depositado na denominada "Conta Solidária"? ----------*
*--- c) No âmbito das Medidas de Estímulo ao Emprego e ao Tecido Empresarial: ----------*
*--- Quais foram as empresas que estabeleceram protocolos com o Município e que beneficiaram da redução em 30% das taxas de licenciamento?----------*
*--- Quais foram as empresas que se instalaram nas freguesias do Alto Concelho e que beneficiaram da redução em 50% das taxas de licenciamento?----------*
*--- Desde Maio de 2009, quantos empresários em nome individual correspondentes às Divisões 474, 475, 476 e 477 do CAE, com três ou menos empregados, requereram a sua equiparação a consumidores domésticos no que se refere a tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos? --*
*--- Qual a composição e competências do Conselho de Desenvolvimento Económico e Social?--*
*--- d) No âmbito das Medidas de Apoio aos Jovens:----------*

*--- Quantos jovens de 35 anos ou casais cuja média de idade seja inferior a 35 anos já beneficiaram da redução das taxas de licenciamento de operações urbanísticas em 50%? --------*
*--- E desses processos de licenciamento, quantos já se encontram concluídos?----------*
*--- Qual o número total de bolsas de estudo atribuídas a estudantes do ensino superior e qual o valor total desse investimento?----------*
*--- Quais as parcerias estabelecidas com a ACISMA e a estrutura educativa para a formação profissional de jovens, quais as áreas de formação definidas e qual o número total de formandos? ----------*
*--- e) No âmbito das Medidas de Apoio a Famílias Numerosas: ----------*
*--- Quantos agregados familiares requereram o Certificado de Família Numerosa e destes quantos já beneficiaram da redução na Tarifa de Água, saneamento e resíduos sólidos, bem como na redução em 50% nas tarifas de infra-estruturas?"----------*
--- O Sr. Vice-presidente referiu que todas as respostas constam do relatório já referido. ----------
--- O Sr. Vereador José Fernandes referiu que as medidas de apoio social deviam também ser direccionadas para a actividade agrícola, que no Município de Azambuja sofreu uma redução de 70% para 23%, verificando-se maior abandono nas freguesias do alto concelho.----------
--- O Sr. Presidente respondeu que devido às actividades que desempenhou e desempenha tem profundo conhecimento da realidade do concelho, mas o problema de abandono agrícola é um problema mundial, relacionado com a globalização, mas não é um Presidente de Câmara que tem capacidades para resolver o problema.----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes questionando se o Sr. Presidente leu o estudo do Instituto Nacional de Estatística, que considera o Município de Azambuja como o pior em termos de prestação de cuidados de saúde, na Área Metropolitana de Lisboa, estando 67% da população em risco. ----------
--- Pretende saber ainda, o ponto de situação das conversações com a ARS para construção de novas extensões do centro de saúde em Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo e Vale do Paraíso. Lembrou que esta era uma promessa do PS, que foi suscitada no governo do Dr. Durão Barroso, para protocolar o financiamento parcial das instalações.----------
--- O Sr. Presidente respondeu que a realidade do Município de Azambuja nada tem que ver com a Área Metropolitana de Lisboa, mas sim com a Área da Lezíria, pelo que gostaria a ler um estudo comparativo entre os Municípios da Lezíria e não apenas em termos de saúde.----------
--- Sobre as novas extensões do centro de saúde, informou que todos os esforços da Câmara se mostraram infrutíferos.----------
--- Informou que o Município de Azambuja esteve presente na Bolsa de Turismo de Lisboa, da qual resultaram uma série de protocolos verbais com vários operadores turísticos e característicos da região, que tiveram a oportunidade de fazer a respectiva divulgação na Bolsa de Turismo. Houve também animação por parte dos vários grupos folclóricos do Município. O stand foi muito elogiado e considera que Azambuja ficou a ganhar com a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa. ----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes afirmou ter estado presente e ter gostado de ver a participação do Município de Azambuja na Bolsa de Turismo de Lisboa.----------
--- O Sr. Presidente fez um breve intervalo. ----------
--- **APROVAÇÃO DE ACTAS** ----------
--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 17 de Dezembro de 2009 foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor e duas abstenções (Srs. Vereadores Jorge Lopes e José

Fernandes). A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara. ----------

--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 22 de Dezembro de 2009 foi aprovada por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção (Sr. Vereador José Fernandes). A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.----------

--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 05 de Janeiro de 2010 foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor e duas abstenções (Srs. Vice-presidente e Vereador José Fernandes). A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.----------

**ORDEM DO DIA**

**Ponto 1 – Reconhecimento de Interesse Público – Proposta Nº 02 / P / 2010** ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

*--- "Assunto: Reconhecimento do Interesse Público*----------

*--- Considerando que a zona industrial de Vila Nova da Rainha – Azambuja tem, pelas suas características físicas, sido aproveitada na sua maioria para a instalação de actividade logística de grande dimensão e que nela carece a execução de instalações para empresas de menor dimensão e de outros ramos de actividade;* ----------

*--- Considerando que o requerente do processo 63/09 CACS, aqui presente, pretende levar a efeito um centro empresarial destinado a até 16 empresas de menor dimensão o que levará à criação de cerca de 200 postos de trabalho;* ----------

*--- Considerando que este prédio se encontra totalmente incluído em "Espaço Florestal" na carta de ordenamento do PDM em vigor, não estando sujeito a qualquer constrangimento na carta de condicionantes deste mesmo PDM;* ----------

*--- Considerando que este terreno que é limitado a Sul e Poente pelos pavilhões que integram o Centro Empresarial da Rainha, e que não existe qualquer revestimento vegetal e que esta área não tem, nem terá vocação florestal, quer pela sua área, quer por estar encravada na zona industrial;* ----------

*--- Considerando que o regulamento do PDM para a classe de espaços "Espaços Florestais" (art. 25º, número 2 conjugado com o art. 23º, número 1) permite a construção de instalações de reconhecido interesse público.* ----------

*--- Proponho:* ----------

*--- Que a Câmara Municipal, tendo em conta as atribuições dos municípios quanto ao património e promoção do desenvolvimento como referem as alíneas e) e n) do n.º 1 do art. 13.º da Lei 159/99 de 14 de Setembro, as competências da Câmara previstas nomeadamente na alínea m) do n.º 2 e da alínea a) do n.º 4 do art. 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro e por último as competências da Assembleia Municipal previstas na alínea q) do n.º 1 do art. 53.º da referida Lei, delibere propor à Assembleia Municipal a declaração do interesse público do projecto de criação de centro empresarial no terreno denominado Arneiros na freguesia de Azambuja nas condições do processo 63/09 CACS e nos termos da Informação 393/VH/DGU/09."*----------

--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta segue a linha estratégica adoptada para o Município, isto é, reconhecer o interesse público das diversas iniciativas que possam proporcionar a criação de emprego e desenvolvimento empresarial. Neste caso o terreno é contíguo à zona industrial e não tem qualquer vertente florestal, como se pode facilmente constatar. O Plano Director Municipal prevê a construção deste tipo de infra-estruturas desde que seja reconhecido o interesse público municipal.----------

--- Interveio o Sr. Vereador José Fernandes referindo entender que o interesse público municipal deve ser atribuído a actividades essenciais à vida pública, como por exemplo, para a construção de hospitais, escolas, etc., não concordando que a construção de um armazém numa zona industrial seja um desses casos. Acrescentou ainda que, neste caso, considera que a manutenção de um espaço florestal, numa zona repleta de betão, seja, numa perspectiva ambiental, de maior interesse municipal do que a construção de um armazém.----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que depois de analisar todo o processo, pretende constatar alguns factos. Entende que qualquer promotor imobiliário interessado em instalar-se no Município de Azambuja, deverá antes de mais consultar o Plano Director Municipal e verificar quais são os terrenos livres para esse efeito. Este promotor imobiliário resolveu comprar a propriedade, mesmo sabendo que se encontrava em espaço florestal, e registá-la no dia 22 de Junho de 2009. ----------

--- Seguidamente, no dia 30 de Setembro de 2009, a Investe Imobiliária, S.A. dá entrada do respectivo licenciamento, que não entende de quê, pois na ficha de caracterização urbanística e na folha 18 do processo é chamado de armazém, na folha 19 é um armazém logística, na folha 30 é novamente um armazém e depois, a partir de 30 de Dezembro de 2009 é chamado de centro empresarial. Pretende saber qual a designação exacta da infra-estrutura a construir.-------

--- No dia 6 de Outubro de 2009, cerca de um mês após o pedido ter dado entrada com o nº 63/09 CACS, a Câmara oficiou a Investe Imobiliária, dizendo o seguinte: *"não se encontra instruído com memória descritiva e justificativa, deve ser notificado o requerente para no prazo de 15 dias úteis completar a instrução do pedido com a apresentação do documento em falta sob pena de rejeição do pedido".* A memória descritiva deu entrada nos serviços, no dia 29 de Dezembro de 2009, ou seja, ultrapassados os 15 dias úteis. E é nessa memória descritiva que se altera o conceito de armazém para centro empresarial e que é referido, pela primeira vez, a necessidade de declaração de interesse público municipal para desafectação de espaço florestal. Pretende saber, como é que depois de uma análise prévia dos serviços, onde se detectou a falta da memória descritiva, não é feita qualquer referência à instalação em espaço florestal.----------

--- O centro empresarial prevê a construção de um armazém, subdivididos em 16 espaços, que seriam vendidos ou arrendados. Depois de analisar a planta que consta no projecto, nos cortes de alçados, folha 47 e na planta, folha 41, percebeu que não existem portas de acesso aos 16 sub-espaços, pelo que depreende, que o projecto não será para construção de um centro empresarial, mas sim para construção de um armazém, que depois da desafectação e da declaração de interesse público, vai apresentar nos serviços técnicos uma alteração ao projecto, que fará desaparecer todas as paredes interiores que dividem o espaço.----------

--- Também não é verdade o que consta da folha 13, *"sendo que todos os espaços têm uma terminologia composta por: no piso térreo entrada com apoio de secretaria."*, a entrada não existe nas plantas. ----------

--- Pretende que lhe seja explicado tudo muito bem, porque não encontra qualquer interesse público municipal, no processo apresentado. E caso não seja devidamente esclarecido irá avançar com uma participação do processo ao Ministério Público e ao IGAL – Inspecção-Geral das Autarquias Locais.----------

--- O Sr. Presidente respondeu que o processo entrou nos serviços a 30 de Setembro de 2009, foi analisado, depois foi oficiado o promotor, houve uma série de reuniões, onde foram analisadas todas as questões relativas ao processo, que culminou na proposta final do promotor, apresentada em 29 de Dezembro de 2009.----------

--- Segundo a memória descritiva o grupo imobiliário está sediado na Madeira, mas exerce uma série de actividades nos mais diversos Municípios do País, e pretende centralizar e complementar todas as suas actividades.----------
--- Acrescentou que qualquer deficiência do projecto pode ser corrigida no decorrer do processo.
--- Considera que o determinante para a declaração de interesse público municipal é a criação de emprego, e neste caso, a previsão são de 200 postos de trabalho.----------
--- Concluiu dizendo que as declarações de interesse público municipal levadas à Câmara situam-se em zonas industriais e seguem a estratégia de ordenamento do território e desenvolvimento do Município de Azambuja, que estão desde há 8 anos devidamente definidas. O PDM prevê este tipo de situação exactamente porque, na generalidade dos Municípios, um documento elaborado há 15 anos, não pode estar de forma nenhuma actualizado à realidade presente.----------
--- Informou estar presente o Director do Departamento de Urbanismo, Arquitecto Miguel Marques dos Santos para prestar mais esclarecimentos. ----------
--- O Sr. Arquitecto acrescentou que houve a junção de dois terrenos muito grandes, numa parte residual foi construído em 2007/ 08, um pavilhão e agora nesta parte do terreno, que engloba a zona florestal, pretende-se construir o centro empresarial. ----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes colocou as seguintes questões: ----------
--- 1. como é que um projecto discutido e analisado pelos serviços, não tem nenhuma referência a instalação em espaço florestal;----------
--- 2. como é possível que a notificação da Câmara ao promotor apenas faça referência à falta da memória descritiva;----------
--- 3. porque é que alguém compra um terreno em espaço florestal que não está consagrado em zona industrial para instalação de uma unidade; no seu entender, só se tiver a garantia que de haverá licenciamento através da declaração de interesse público municipal; ----------
--- 4. qual o preço, por metro quadrado, de um terreno industrial e de um terreno florestal;---------
--- 5. quanto é que o Município perdeu em impostos; num terreno que agora pretende valorizar com a declaração de interesse público municipal;----------
--- 6. porque é que a memória descritiva não sustenta em nada a criação de, entre 160 a 200, postos de trabalho; ----------
--- 7. porque é que a empresa não pode aguardar a revisão do Plano Director Municipal. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que quando um processo dá entrada nos serviços da Câmara, a primeira coisa a fazer é uma análise em termos processuais preliminares, em que se verifica é se está instruído de todas as peças necessárias, neste caso não estava, e por isso notificou-se o promotor de que deveria entregar a memória descritiva, através do ofício datado de 6 de Outubro de 2009. Só depois foi analisado detalhadamente o processo e daí terem decorrido uma série de reuniões. ----------
--- Não conhece a estratégia de desenvolvimento do grupo empresarial, mas acredita que não queiram esperar pela revisão do Plano Director Municipal. ----------
--- O Sr. Arquitecto acrescentou que os terrenos pertenciam a duas empresas do mesmo Grupo, que fizeram a união dos terrenos para que pudesse ser erguido o armazém na zona industrial e foi feito o destaque da zona florestal e por alguma razão, alheia à Câmara, passou para a posse de uma delas. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador José Fernandes referindo não entender de quem eram os terrenos, quem comprou e quem vendeu e como se juntaram. Considera que para a declaração de

interesse público municipal é fundamental conhecer o tipo de actividade que a empresa irá desenvolver. ----------
--- No seu entender, o interesse público está em preservar uma área florestal numa zona repleta de betão. Considera que a Câmara irá sobrevalorizar um terreno que foi adquirido como terreno florestal e que agora se pretende transformar em terreno industrial. ----------
--- Em tudo o que ouviu, não encontra justificação para a declaração de interesse público pelo que acha que a aprovação da proposta deve ser adiada, até que surjam elementos cruciais para o Município, que a justifiquem, até porque se encontra em elaboração a revisão do PDM. ---------
--- O Sr. Presidente respondeu que o terreno em causa não tem qualquer tipo de coberto florestal e está encravado na zona exterior, que a norte tem milhares de hectares de zona florestal protegida. A Câmara apenas avança para as declarações de interesse público municipal nas situações em que os terrenos são claramente industriais, quer pela sua contiguidade, quer pelas suas características. Não há qualquer atentado contra o ambiente, esta situação está prevista no PDM e tende apenas antecipar a sua revisão. ----------
--- Entende que o mais importante para o Município é a criação de emprego e o pagamento de taxas de urbanismo. ----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes concluiu dizendo que não é o argumento do emprego que justifica todos os atropelos que têm vindo a ser cometidos pela Câmara. Pode admitir que o terreno não tenha qualquer utilidade, mas não aceita a forma tortuosa da justificação apresentada pois se o terreno se encontra numa extrema, nunca pode estar encravado, pois a norte é tudo zona florestal protegida. ----------
--- Informou que não irá votar a presente proposta e pretende apresentar queixa junto das entidades competentes. ----------
--- O Sr. Vereador José Fernandes lamentou a forma como a Câmara Municipal de Azambuja trata o interesse público municipal, pois no seu entender o interesse nada tem de público e que apenas irá gerar emprego na fase de construção, pois a actividade da empresa não gerará 200 postos de trabalho. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que não sabe exactamente o perfil funcional dos trabalhadores, mas se a empresa engloba vários tipos de actividades subsidiárias, acredita que os postos de trabalho irão desde operários a técnicos superiores. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal referindo que já vem sendo hábito que alguns vereadores tendem a confundir as sessões de Câmara, com sessões em Tribunal, em que os elementos do executivo PS são os arguidos. Entende que em caso de dúvidas os Srs. Vereadores da oposição devem tentar esclarecê-las, senão deverão avançar com os procedimentos que entenderão necessários. As reuniões de Câmara tratam assunto extremamente importantes para o desenvolvimento do Município e por isso todas as discussões devem seguir uma linha de seriedade e respeito. ----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes garantiu que a Câmara só fará algo que esteja errado, enquanto não puder intervir e alertar as entidades competentes. Considera que as reuniões de Câmara servem, também, para que os Vereadores da oposição sejam esclarecidos acerca das decisões da Câmara. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 02 / P / 2010 aprovada por maioria, com cinco votos a favor (Grupo do PS) e um voto contra (Grupo da CDU). O Sr. Ver. António Jorge Lopes não participou na votação da Proposta. ----------
**Ponto 2 – Designação do Representante na Comissão Arbitral Municipal – Proposta Nº 04 / P / 2010** ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
*--- "Assunto: Designação do representante da Câmara Municipal de Azambuja na CAM----------*
*--- Considerando:----------*
*--- a publicação da Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), e que previu, no seu artigo 49º, a constituição de Comissões Arbitrais Municipais (CAM) com as finalidades de acompanhar a avaliação dos prédios arrendados, coordenar a verificação dos coeficientes de conservação dos prédios, estabelecer coeficientes intermédios a aplicar relativos à conservação dos prédios, arbitrar em matéria de responsabilidade pela realização de obras, valor das mesmas e respectivos efeitos no pagamento da renda e desempenhar quaisquer outras competências atribuídas por lei; ----------*
*--- que o D.L. nº 161/2006, de 8 de Agosto, veio regular as CAM, conferindo-lhes a natureza de entidades oficiais não judiciárias com autonomia funcional, e estipulando que serão constituídas por, entre outros, um representante da Câmara Municipal, que preside. ----------*
*--- Proponho: ----------*
*--- que a Câmara Municipal delibere, nos termos do nº 2 do artigo 5º do D.L. nº 161/2006, de 8 de Agosto, designar como seu representante na CAM, o Vice-presidente Luís Manuel Abreu de Sousa."----------*
--- Interveio o Sr. Presidente esclarecendo que a presente proposta visa a nomeação de um representante da Câmara na Comissão Arbitral Municipal, pelo que designa como seu representante o Vice-presidente, Sr. Luís de Sousa. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 04 / P / 2010 aprovada por maioria, com cinco votos a favor (Grupo do PS) e duas abstenções (Coligação e Grupo da CDU). ----------
**Ponto 3 – Constituição de Fundos de Maneio – Proposta Nº 05 / P / 2010**----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
*--- "Considerando:----------*
*--- que o Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações (POCAL) permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos de Maneio visando proceder a aquisições urgentes e inadiáveis; ----------*
*--- o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Maneio, no POCAL e no Regulamento de Constituição e Regularização dos Fundos de Maneio aprovado, em 03/05/05, pelo Executivo Camarário e alterado em 04/02/06.----------*
*--- Proponho a constituição de Fundos de Maneio a afectar às seguintes rubricas de classificação orçamental: ----------*

| *Cód. Orç.* | | *Câmara* | *Adm. e Finanças* | *Interv. Sócio-Cult* | *Urban* | *Infra-estr. e Obras M* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| *02* | *Aquisição de Bens e Serviços* | | | | | |
| *02 01* | *Aquisição de bens:* | | | | | |
| *02 01 01* | *Matérias-primas e subsidiárias* | | | *300* | | *100* |
| *02 01 04* | *Limpeza e higiene* | | *150* | | *50* | |
| *02 01 05* | *Alimentação – refeições confeccionadas* | *300* | | *500* | *100* | |
| *02 01 06* | *Alimentação – géneros para confeccionar* | | | *200* | | |
| *02 01 07* | *Vestuário e artigos pessoais* | | | | | *50* |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *02* | *01* | *08* | *Material de escritório* | *200* | *500* | *300* | *300* | *200* |
| *02* | *01* | *12* | *Material de transporte – peças* | | | | | *150* |
| *02* | *01* | *14* | *Outro material – peças* | | | | | *50* |
| *02* | *01* | *15* | *Prémios, condecorações e ofertas* | | | *100* | | *150* |
| *02* | *01* | *17* | *Ferramentas e utensílios* | | *100* | | | *50* |
| *02* | *01* | *18* | *Livros e documentação técnica* | | *100* | | *50* | |
| *02* | *01* | *21* | *Outros bens* | *250* | *400* | *500* | *50* | *250* |
| *02* | *02* | | *Aquisição de serviços:* | | | | | |
| *02* | *02* | *03* | *Conservação de bens* | | | | | *50* |
| *02* | *02* | *10* | *Transportes* | | *100* | *100* | *50* | |
| *02* | *02* | *13* | *Deslocações e estadas* | | | *150* | | |
| *02* | *02* | *16* | *Seminários, exposições e similares* | | | *100* | *50* | |
| *02* | *02* | *17* | *Publicidade* | | | | *50* | |
| *02* | *02* | *20* | *Outros trabalhos especializados* | | | *100* | *200* | *100* |
| *02* | *02* | *21* | *Utilização Infra-estruturas de transportes* | | *50* | | | |
| *02* | *02* | *25* | *Outros serviços* | *50* | *400* | *150* | | *50* |
| | | | | *800* | *1800* | *2500* | *900* | *1200* |

*--- A reconstituição e a reposição serão realizadas de acordo com o Regulamento de Constituição e Regularização de Fundos de Maneio.----------*

*--- A indicação do responsável pela gestão dos Fundos de Maneio caberá ao dirigente do serviço."----------*

--- O Sr. Presidente esclareceu que a proposta visa a distribuição de fundos de maneio pelos diversos departamentos da Câmara. ----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 05 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------

**Ponto 4 – Atribuição de Apoios Financeiros:** ----------

**4.1. Associações de Bombeiros e Núcleo da Cruz Vermelha de Aveiras de Cima – Proposta Nº 06 / P / 2010**----------

--- Os Srs. Vice-presidente e Vereador Silvino Lúcio não participaram na discussão e votação da proposta por pertencerem aos corpos dirigentes das Associações. ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

*--- "Considerando:----------*

*--- que nos termos da alínea a), do nº 4 do art. 64º da Lei das Autarquias Locais é da competência da Câmara deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, que promovam no Município fins de interesse público; ----------*

*--- que no âmbito da Protecção Civil Municipal e conforme directrizes da Direcção Geral de Saúde, os Bombeiros e Cruz Vermelhas do Concelho de Azambuja, adquiriram material destinado à prevenção da Gripe A (H1N1), para uso diário no decorrer da sua actividade. ---------*

*--- Propõe-se:----------*

*--- que a Câmara Municipal de Azambuja delibere atribuir os subsídios em baixo descriminados, gastos pelas respectivas entidades na compra de material destinado à prevenção da Gripe A, conforme facturas em anexo:----------*

*--- Associação dos Bombeiros Voluntários de Azambuja – 1.967,36€ ----------*

*--- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre – 1.504,51€----------*

*--- Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Aveiras de Cima – 457,01€." ----------*

--- O Sr. Presidente esclareceu que a Câmara acordou com algumas instituições, no âmbito da protecção civil, a compra de equipamentos e produtos destinados à campanha de prevenção da Gripe A, pelo que pretende agora a atribuição de apoio financeiro para colmatar essas despesas, devidamente justificadas nos anexos à proposta.----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 06 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------
**4.2. Associação de Desporto e Recreio "O Paraíso" – Proposta Nº 01 / V-ML / 2010** ----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
*--- "Considerando que:----------*
*--- é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar e apoiar ou comparticipar pelos meios adequados, obras, eventos e actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa – cfr. al. b) do nº 4 do art. 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------*
*--- a Câmara Municipal de Azambuja é permitida a celebração de protocolos com entidades legalmente constituídas, com vista à prossecução dos objectivos enunciados – cfr. art. 67º Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------*
*--- o trabalho meritório que a Banda de Música do ADR "O Paraíso" tem desenvolvido no âmbito da divulgação musical, constituindo-se como importante veículo de divulgação da cultura do Concelho;----------*
*--- a referida Associação tem desenvolvido um louvável projecto, através da sua escola de música do ensino de música a crianças e jovens, e que requer um investimento significativo no sentido de serem criadas as condições para um efectivo desempenho de tal objectivo. ----------*
*--- Proponho: ----------*
*--- a atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.500€, ao ADR "O Paraíso" para compra de instrumento musical." ----------*
--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que vem sendo prática do Município a oferta de instrumento musical às bandas de música por altura do seu aniversário, assim, propõe a atribuição de apoio financeiro à ADR O Paraíso no valor de 1.500€. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 01 / V-ML / 2010 aprovada por unanimidade.------
**4.3. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre – Proposta Nº 02 / V-ML / 2010**----------
--- O Sr. Vice-presidente não participou na discussão e votação da proposta por pertencer aos corpos dirigentes da Associação.----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
*--- "Considerando:----------*
*--- que é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar e apoiar ou comparticipar pelos meios adequados, obras, eventos e actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa – cfr. al. b) do nº 4 do art. 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------*
*--- o pedido de apoio efectuado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre, na aquisição de cadeiras; ----------*
*--- ainda que esta Associação auxiliou a Câmara durante o tempo em que decorreram as obras de beneficiação da EB1 de Alcoentre, pois todos os gastos com a água e a luz dos contentores que albergavam os alunos nesse período foram suportados pela mesma Associação. ----------*
*--- Proponho: ----------*

*--- a atribuição de um apoio financeiro no valor de 3.366€, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre para fazer face aos gastos obtidos com a aquisição de cadeiras."----------*

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre efectuou um pedido à Câmara para a compra de cadeiras, que até à data são sempre emprestadas pela autarquia. Lembrou que a instituição albergou os contentores usados para as salas de aula, aquando das obras do centro escolar de Alcoentre e assegurou os custos de água e electricidade, existindo uma relação de entreajuda. Assim propõe a atribuição de apoio financeiro no valor de 3.366€ à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre para a compra de 200 cadeiras. ----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 02 / V-ML / 2010 aprovada por unanimidade. ------

**4.4. Preparação de Atleta – Proposta Nº 03 / V-ML / 2010** ----------

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: ----------

*--- "Considerando:----------*

*--- que é competência da Câmara Municipal de Azambuja deliberar e apoiar ou comparticipar pelos meios adequados, obras, eventos e actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa – cfr. al. b) do nº 4 do art. 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------*

*--- que a dinamização da vida cultural, recreativa e desportiva no Concelho deve ser estimulada pela participação efectiva dos cidadãos; ----------*

*--- a preparação de Pedro Miguel Piriquito Isidro, natural de Aveiras de Baixo, atleta de alta competição do Sport Lisboa e Benfica, na modalidade de marcha atlética, com vista à participação em Campeonatos da Europa, do Mundo e Jogos Olímpicos; ----------*

*--- os resultados anteriormente obtidos tanto em provas nacionais como internacionais; ----------*

*--- o pedido baseado na importância da participação do atleta em estágios especiais de preparação em altitude, que permitam a obtenção dos melhores resultados para participação em provas internacionais.----------*

*--- Tenho a honra de propor: ----------*

*--- a atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.500€ a Pedro Miguel Piriquito Isidro, para fazer face às despesas de preparação tendo como objectivo a sua participação em provas internacionais, Campeonatos do Mundo e Europa e Jogos Olímpicos 2012." ----------*

--- O Sr. Vereador Marco Leal esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio financeiro a um atleta do Município de Azambuja, da freguesia de Aveiras de Baixo, Pedro Miguel Piriquito Isidro, no valor de 1.500€ para comparticipação nas despesas de preparação da sua participação nos Campeonatos do Mundo e da Europa e nos Jogos Olímpicos de 2012.------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 03 / V-ML / 2010 aprovada por unanimidade. ------

**4.5. Associação Cultural "A Poisada do Campino" – Proposta Nº 01 / V-SL / 2010**----------

--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: ----------

*--- "Considerando:----------*

*--- as competência atribuídas à Câmara Municipal no âmbito do apoio actividades de interesse municipal, de natureza cultural, nos temos do art. 64º, nº 4, alínea b) da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------*

*--- que a Associação Cultural "A Poisada do Campino" é um parceiro efectivo no desenvolvimento da Feira de Maio;----------*

*--- que foram efectuadas um conjunto de actividades no decorrer da Feira de Maio 2009, em que a respectiva Associação foi responsável quer pela sua organização, quer pela sua contratualização em termos de serviços;* ----------
*--- que estas iniciativas de índole tauromáquico foram todas definidas e programas no âmbito da Comissão da Feira de Maio de 2009.* ----------
*--- Proponho:* ----------
*--- a atribuição de um apoio financeiro de 10.550,00€ (dez mil, quinhentos e cinquenta euros), para ressarcir a respectiva Associação dos montantes dispendidos com as iniciativas desenvolvidas por esta, conforme documentos de despesa anexos."* ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio financeiro à Poisada do Campino, no valor de 10.550,00€, devidamente comprovados, despesas que a Associação teve com as iniciativas desenvolvidas no âmbito de parceria na organização da Feira de Maio de 2009.----------
--- Interveio o Sr. José Fernandes manifestando estranheza que só agora se acerte contas de um evento ocorrido em Maio, tanto mais que deveria ter sido preocupação da Câmara, o pagamento de despesas atempado, uma vez que 2009 foi ano de eleições.----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 01 / V-SL / 2010 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupo do PS e Coligação) e um voto contra (Grupo da CDU). ----------
**Ponto 5. Informações** ----------
**5.1. Departamento de Urbanismo –** Despachos do Mês de Dezembro ----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
**5.2. Departamento de Urbanismo –** Informação nº 01/DU/DIR/2010----------
*--- Assunto: Contrato de fornecimento da revisão do PDM"*----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
**5.3. Departamento de Infra-estruturas e Obras Municipais –** Informação nº 26/2010/Águas ---
*--- Assunto: Emolumentos das Execuções Fiscais"* ----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
**5.4. Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR**----------
*--- Assunto: Ciclo de revisão tarifária 2010 relativo aos serviços de águas concessionados"* -------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
**5.5. Departamento de Administração e Finanças –** Divisão Financeira – Aprovisionamento ----
*--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros*----------
A Câmara tomou conhecimento.----------
**--- 2º PERÍODO DE INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ----------
--- Interveio o Sr. José Rodrigues de Almeida referindo considerar de extrema importância as discussões dos assuntos da Ordem de Trabalhos, pois no seu entender, o público que não se encontra muito familiarizado com determinados assuntos, fica elucidado sobre as decisões tomadas e os assuntos tratados. ----------
--- O Sr. Vereador Marco Leal respondeu que não contesta a discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos, contesta sim a especulação que se cria em torno de determinados assuntos, pois aproveita-se a presença da comunicação social e do público para questionar a legalidade da gestão da Câmara. Pretende que deixem de haver especulações e que hajam intervenções concisas e objectivas sobre os Pontos discutidos nas Ordens de Trabalhos. ----------
--- **Encerramento**----------
--- Eram dezoito horas quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------